

ENTRE HISTÓRIA E POLÍTICA

Ilka Stern Cohen
Universidade de São Paulo

Renovação, renascimento, reafirmação, recuperação, revalorização, retorno. Estes são alguns dos termos utilizados para definir o velho/novo campo de pesquisas que constitui a História Política. O debate sobre este tema tem tido grande destaque nos meios universitários brasileiros. Daí a importância da tradução (ainda que tardia) deste trabalho organizado pelo historiador René Rémond.

O texto, publicado na França em 1988, é fruto do trabalho de um grupo de pesquisadores da Fondation Nationale des Sciences Politiques cuja especialização no campo da História Política vem de longa data. Assim, parece curioso que somente nos anos oitenta esse grupo realize uma espécie de manifesto em favor de seu campo de pesquisas, embora seu organizador rejeite o termo já na “Introdução”. Ao contrário, Rémond pretende que o livro seja uma “afirmação coletiva, feita numa etapa do caminho”.

Pode-se compreender esse ponto de vista, se se tiver em conta que essa prática da História Política vinha se desenvolvendo há longo tempo, constituindo uma rica bibliografia neste campo. É esse cabedal de altíssima qualidade que permite a defesa de uma História que se praticava quase sempre de modo “envergonhado”, conforme as palavras de Rémond. E é esta mesma razão que permite pensar em manifesto, ou ao menos em defesa pública ou acerto de contas com correntes da historiografia que insistiam no caráter menor dessa modalidade. Além disso, o próprio título do livro, reiterado em cada um de seus artigos, bem como o uso que dele se faz na historiografia brasileira¹ tornam quase irresistível essa qualificação.

De outro lado, conforme indica Marieta de Moraes Ferreira na apresentação da edição brasileira, trata-se de expor, ao público brasileiro, um debate que na França “já está ganho”, dado o lugar conquistado no conjunto da historiografia francesa. Assim, a publicação deste volume vem no sentido de corroborar e de certa forma legitimar o debate que no momento se trava nos meios universitários brasileiros com relação à História Política.

Deste modo, é possível analisar a obra em duas dimensões: a primeira, mais específica, onde a composição do texto e o encadeamento dos artigos configura um balanço bastante rico da historiografia política francesa, apontando caminhos, objetos e abordagens que permitem falar numa “História Política renovada”. Temas concernentes à História Política, como partidos, eleições, relações internacionais, entre outros, são retomados a partir da perspectiva da longa duração, ultrapassando a abordagem *événementielle* que caracterizou a História Política tradicional.

É o tratamento dado aos objetos clássicos que permite pensar nessa História Política renovada. Os artigos que tratam da biografia (Philippe Levillain) e da guerra (Jean-Pierre Azéma) são particularmente felizes nessa abordagem, pois emprestam um sentido novo ao estudo de temas que estão quase que automaticamente ligados à “velha” concepção da História Política: a biografia como apologia e a guerra como manifestação maior do glorioso sentimento de pertencimento à Pátria. A lembrança de Jean-Pierre Azéma é ilustrativa: “1515: MARGNAN. Nos bancos da ‘escola leiga’, desde muito cedo inculcaram-me que este par era um acontecimento histórico de primeiríssima grandeza, que deveria ser estocado na memória para o resto da vida [...]. Com a ajuda do sistema escolar, minha geração [...] teve a cabeça cheia de todo um anuário de generais e de batalhas” (p. 401).

Novos objetos, como a mídia ou a opinião pública, e novas abordagens, como a das idéias políticas, proposta por Michel Winock, apontam caminhos e sugerem temas imensamente ricos e pouco explorados

¹ Juntamente com Rosanvallon (1986), o texto inicial de Rémond foi largamente utilizado para orientar os primeiros ensaios de sistematização do tema nos meios universitários no início dos anos noventa.

pelos pesquisadores - brasileiros ou estrangeiros -, ainda que se possa mencionar alguns trabalhos significativos².

A outra dimensão suscitada pelo livro coloca fundamentalmente a questão do ofício do historiador diante desse campo de análises, que, ponto comum entre todos os autores, articula e permeia as relações sociais. Pois a constatação de que o político é elemento presente nas mais variadas dimensões da vida social é certamente o vetor das análises apresentadas. Em outras palavras, é da questão do poder que se trata no campo da política. E as questões que os autores se colocam apontam, invariavelmente, para a maneira como esse se manifesta, como orienta a ação social, como define os destinos dos homens.

Como se localiza o historiador diante dessas questões? Como se diferencia do cientista político ou do sociólogo? Qual sua especificidade? Antes de responder a tais questões, convém lembrar, com René Rémond, que a renovação da História Política só foi possível a partir do diálogo com as demais disciplinas das Ciências Humanas. Questões da Sociologia, da Ciência Política e da Linguística iluminaram os caminhos da renovação. O estudo dos grupos de pressão, como as associações políticas, por exemplo, ultrapassou o estágio da mera descrição genealógica a partir da combinação da Ciência Política e da Sociologia, que através de seus métodos e questões propunham outro significado para tal objeto.

A abertura para outras disciplinas indica também que o campo do político não só tem fronteiras indefinidas como ainda aponta para dimensões variadas. Seus efeitos se fazem sentir nos âmbitos do público e do privado. Lidar com essas variáveis no tempo longo é o papel do historiador; sua especificidade está na abordagem pela perspectiva da longa duração. Assim, se esta se coloca como um desdobramento do movimento da historiografia nos anos setenta/oitenta, ela não abandona suas preocupações com uma explicação global, e portanto tributária da perspectiva da “escola dos *Annales*”, embora tenha sido esta a principal responsável pela desvalorização da história política no final dos anos vinte.

I. O MOVIMENTO DINÂMICO DA HISTORIOGRAFIA

No primeiro texto do livro, “Uma história presente”, René Rémond retoma o percurso do movimento da historiografia francesa que, a partir do século XIX, caminha do completo domínio da História Política para sua profunda desqualificação. Esta esteve ligada ao evidente caráter apologético das diferentes histórias nacionais, prática dominante dos historiadores do século XIX. Esse campo acabou por se consagrar como a história do poder e dos poderosos, ressaltando-se como objetos as grandes figuras e os grandes eventos nacionais. Essa concepção de história como “biografia da nação” teve assim como corolário a consagração de determinadas figuras políticas eminentemente como condutoras da ação social, e nesse sentido se deu a glorificação dos heróis nacionais.

O grupo de historiadores reunidos em torno da revista *Annales*, que se afirma nos últimos anos da década de 1920, propõe uma completa reviravolta na abordagem historiográfica. Economia e sociedade, cultura e mentalidades e, mais que tudo, atores coletivos passaram a ser o centro das preocupações de grande parte dos historiadores desde então. A História Política era vista por este grupo como excessivamente descritiva, superficial, idealista e simplificadora. Suas propostas, em contrapartida, apontavam para novas abordagens, para o tempo longo e para a análise de realidades sociais mais abrangentes.

A novidade da abordagem proposta pelos historiadores dos *Annales* está inserida no movimento dinâmico da historiografia, que tem como eixo a perspectiva de história como a ciência que recolhe nas lições do passado as possibilidades do futuro. Assim, a abordagem histórica é tanto mais satisfatória quanto melhor cumpre seu papel, respondendo às questões de seu tempo. Se nesse momento do século XX a História Política tradicional não mais dava conta de explicar a complexidade da realidade europeia, particularmente depois da Primeira Guerra, a renovação cristalizada pelos historiadores da revista *Annales* preencheu por longo tempo esse papel.

Questionando as razões do renascimento da História Política, Rémond sugere duas alternativas: ou se trata de mais uma “moda intelectual”, das que costumeira e temporariamente ocupam espaço na Universidade, ou então “é uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a história faz sobre si mesma, e o fenômeno tem

² Cf., entre outros, Micelli (1979) e Pécaut (1990), que oferecem um panorama bem elaborado da relação entre os intelectuais e a política no Brasil. Mais recentemente, Tania Regina de Luca (1996) analisa o projeto político contido na *Revista do Brasil*, periódico publicado em São Paulo por um grupo de intelectuais ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

então grandes chances de sobreviver à geração que desencadeou o movimento” (p. 22). É curioso mencionar o fato de que em cada um dos artigos do livro, muitos dos trabalhos citados datam freqüentemente da década de 1950. Assim, cabe questionar a preocupação — presente em todos os artigos — em colocar a renovação da História Política como um fenômeno recente. Talvez se possa explicar esta preocupação em função da incontestável hegemonia dos trabalhos ligados à proposta dos *Annales* nos meios acadêmicos franceses.

Pierre Laborie (1989) aponta a obra como uma reação ao contínuo desprestígio da História Política, que o grupo de Nanterre articulou eficazmente, ressaltando a coerência de fundo dos autores, apesar da diversidade de seus objetos. E festeja o florescimento dessa corrente como produtora de “uma História Política revivificada [que] está se reinstalando no universo do historiador. Mas não se trata [...] de uma espécie de retorno dos emigrados que nada teriam esquecido e nada aprendido. Como se pode escrever com justeza, para a história política, com efeito, *reconquista não é restauração*” (cf. BALMAND, 1990 *apud* LABORIE, 1989).

A crise dos paradigmas, o esgotamento da abordagem marxista, cuja vertente estruturalista acabou por reduzir o campo da política a um mero papel reflexivo, trouxeram à tona uma espécie de reação a sua condição de efeito dos movimentos verificados no nível infra-estrutural, conforme analisavam as correntes mais fortes que vigoravam especialmente até o final da década de 1970. As explicações pelo econômico deixaram de satisfazer às questões que então se colocavam, desencadeando um repensar da História Política à luz das novas realidades que se apresentaram nos anos 80, ou mais especificamente do papel das dimensões políticas nos domínios do público e do privado.

De fato, o conjunto de temas reunidos no volume sugere uma compreensão da política apontada fundamentalmente para a questão do exercício de cidadania, abandonando a exclusividade que marcou o estudo da política como história do poder constituído. É evidente que o Estado e suas relações com a sociedade permanece no horizonte das preocupações, mas de forma articulada e fundamentalmente crítica. Já não se pensa mais em poder, mas em *poderes, redes de poder e micro-poderes*, conforme a lição de Michel Foucault.

Esse enriquecimento permite que se alargue o próprio campo da política, que passa a ser referida não apenas às instituições formais, mas percebida como um dos componentes que permeiam todas as relações sociais, envolvendo assim outras variáveis que não apenas as racionais. Escolhas, decisões políticas propriamente ditas estão determinadas não apenas por interesses e reflexões racionais, mas por sentimentos, paixões, circunstâncias que tornam essa abordagem fundamentalmente multidimensional. E esta talvez seja a vertente menos explorada pelos autores do volume³.

II. HISTÓRIA POLÍTICA E HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA⁴

Por uma História Política é um livro de historiadores franceses ocupados com a história da França, que aponta caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas no campo da História Política; nesse sentido, cabe retomar a importância de sua contribuição para as Ciências Sociais no Brasil. Afinal de contas, dada a natureza específica e minuciosa dos diversos artigos, o livro se presta fundamentalmente a um estudo de história da França e do percurso de sua historiografia diante de um novo campo teórico e analítico.

Para os historiadores brasileiros preocupados com o tema, os textos sem dúvida mais significativos são os de René Rémond que introduzem e encerram o volume. Nestes, Rémond indica as bases desse “renascimento” na França. Trata-se no fundo de identificar uma espécie de refluxo de um movimento historiográfico que deu conta, por largo período, de explicar de forma linear e processual o desenrolar da história das diversas sociedades nacionais.

³ Pierre Laborie (1989) se pergunta se é possível falar nessa renovação sem associá-la “a toda a vertente de reflexão sobre as relações complexas entre o mental e o político, sobre a parcela das heranças e dos sonhos nos mecanismos formadores da cultura política”, aspecto lembrado mas não exercitado pelos diversos autores. Em texto mais recente (cf. LABORIE, 1991), Laborie assinala que “se o imaginário social ainda entra apenas modestamente nas problemáticas da História Política contemporânea, em compensação ele é levado em conta, há muito tempo, em outros territórios das Ciências Sociais ou da História, de maneira mais avançada no estudo dos períodos mais antigos” (LABORIE, 1991: 156).

⁴ Algumas das reflexões desenvolvidas neste item foram inspiradas na exposição da Dra. Izabel Andrade Marson com o título *Imaginário e/ou representação na História Política*, apresentada no workshop “História Política: problemáticas contemporâneas”, Assis (SP), 1997.

Considerando, como sugere Rémond, que esse renascimento da História Política se deve ao movimento interno da historiografia, em combinação com a abertura para outras modalidades das Ciências Sociais, penso que seria oportuno retomar, em rápidas pinceladas, alguns dos caminhos que podem explicar uma retomada das preocupações com o *político* na historiografia brasileira. Ainda que se reconheça a poderosa e inegável influência da historiografia francesa, não se pode considerar a problematização deste campo como mais uma das manifestações de “importação de idéias” ou da cópia de modelos. Assim, cabe rever algumas das questões desenvolvidas pela historiografia brasileira dos últimos trinta anos, de forma a compreender e justificar o retorno das preocupações com o político no sentido agora proposto de uma “História Política renovada”.

Como lembra Borges (1991-1992), data dos anos sessenta o debate sobre o papel da história e suas relações com o poder. A História Política era contada e periodizada em função dos quadriênios presidenciais, e os eventos destacados referiam-se invariavelmente aos mecanismos do poder constituído. Insatisfatória como explicação, a abordagem nessa perspectiva exaltava o patriotismo e exortava o nacionalismo.

Apesar da presença do marxismo já desde os anos 1930 (os trabalhos de Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil* datam respectivamente de 1936 e 1945), é nos anos sessenta/setenta que as interpretações marxistas, incrementadas com o advento do estruturalismo althusseriano, produzem maior quantidade de frutos (ainda que não necessariamente de melhor qualidade). Nesse momento, a história econômica passa a imperar soberana na pesquisa historiográfica. Quem frequentou a Universidade nessa época não escapou ao debate em torno da “determinação em última instância do nível econômico”. Reduzida à condição de efeito ou reflexo do movimento que se verificava na infra-estrutura da sociedade, a política foi gradativamente abandonada pelos historiadores, de modo que os temas ligados a esse campo tornaram-se especialidade de sociólogos e politólogos.

A questão da luta de classes orientou a preocupação de grande parte dos historiadores dos anos setenta; nesse sentido, novos objetos se impunham à análise. Um novo e rico filão abriu-se com a descoberta das até então ignoradas “classes oprimidas”. Incontáveis estudos sobre o movimento operário, focado sob os mais variados aspectos, floresceram ao longo da década. A industrialização e o empresariado passaram a ser investigados com maior atenção. E foi por essa via — a do enfoque da luta de classes — que a questão da política se impôs clara e inevitavelmente. Afinal de contas, ao focar a ação do proletariado e/ou do empresariado em defesa de seus interesses e projetos políticos, tornava-se impossível desconhecer a dimensão política implícita nas análises.

É evidente que tais mudanças acompanharam os debates teóricos que se desenvolviam nas Ciências Sociais e na historiografia francesas, enriquecidas com a contribuição de Michel Foucault. De outro lado, os trabalhos de E. P. Thompson forneceram um referencial importantíssimo para a interpretação da ação das classes subalternas então privilegiadas como objeto de estudo. Datam dessa época os numerosos trabalhos que tiveram como eixo central o binômio “dominação e resistência”, que marcou profundamente os debates na Universidade.

A política, no entanto, passava a ser encarada em outras dimensões, que ultrapassavam a questão do poder no seu sentido estrito, que se restringia ao estudo dos mecanismos formais da política. Impunha-se uma reflexão mais ampla acerca do poder, que se revelava não apenas no interior do aparelho de Estado, mas fundamentalmente como um elemento que permeava as relações entre as classes sociais. Mais que isso, a questão do exercício do poder, da ideologia e, mais recentemente, do imaginário começam a ocupar espaço significativo no debate acadêmico.

Estes são apenas alguns traços, bastante impressionistas, do percurso de uma vertente da historiografia nos últimos trinta anos. Diante desse panorama, é possível afirmar com certa segurança que as questões colocadas pela historiografia acompanharam o que René Rémond chama de “movimento dinâmico”. E a lição que podemos retirar de *Por uma História Política* consiste em perceber que não é possível fazer história sem fazer ao mesmo tempo teoria. Cada um dos textos do livro evidencia a maneira pela qual a construção de um objeto, a partir do diálogo entre as fontes e as preocupações teóricas, suscita problemáticas específicas, que em conjunto acabam por configurar um campo de pesquisas que pode ser extremamente profícuo. Cabe aos estudiosos envolvidos nesse debate o aprofundamento dessa via, assegurando a produção de um trabalho consistente que evite que a História Política seja vista no futuro como mais uma das *modas intelectuais* que costumam brotar na Universidade.

Recebido para publicação em julho de 1997.

Ilka Stern Cohen é Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALMAND**, Pascal. (1990). "Le renouveau de l'histoire politique". In: BOURDÉ, Guy et MARTIN, Hervé. *Les écoles historiques*. Paris, Seuil.
- BORGES**, Vavy P. (1991-1992). "História e política: laços permanentes". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 12 (23/24): 07-18, set.91/ago.92
- COSTA**, Emília Viotti da. (1994). "A dialética invertida: 1960-1990". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 14 (27): 09-26.
- HOBBSAWM**, Eric. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LABORIE**, Pierre. (1989). "Compte rendu". *Annales. Économie, sociétés, civilisations*, Paris, 44, (6): 1368-1370, nov/dez.
- LABORIE**, Pierre. (1991). "Histoire politique et histoire des représentations mentales". In: PECHANSKI, Denis, POLLACK, Michel et ROUSSO, Henry (dirs.). *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles, Complexe.
- LUCA**, Tania R. de. (1996). *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, mimeo.
- MICELLI**, Sérgio. (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL.
- PÉCAUT**, Daniel. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo, Ática.
- RÉMOND**, René. (org.). (1996). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, UFRJ/ FGV.
- ROSANVALLON**, Pierre. (1986). "Pour une histoire conceptuelle du politique (Note de Travail)". *Revue de Synthèse*, Paris, IV (1-2): 93-105.

* * *

